

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África - CPIPETRO

REQUERIMENTO N° , DE 2015

*Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **RENATO DUQUE**, ex-diretor de Serviços da Petrobras, a fim de esclarecer as denúncias de comandar esquema de corrupção na estatal.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas providências necessárias à convocação do Senhor **RENATO DUQUE**, ex-diretor de Serviços da Petrobras, a fim de esclarecer as denúncias do esquema de corrupção na estatal.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África - CPIPETRO

JUSTIFICAÇÃO

Ouvir o senhor **Renato Duque**, ex-diretor de Serviços da Petrobras, é de extrema importância para esta Comissão. No dia 14 de novembro foi decretada a prisão de Duque pelo juiz federal Sérgio Moro, que conduz as investigações na primeira instância, em Curitiba, mas o investigado já foi solto. O magistrado argumentou que existem provas documentais de que o ex-diretor da Petrobras mantém vultosas quantias depositadas em bancos no exterior, fruto dos desvios na estatal.

Notas fiscais e comprovantes de depósito apreendidos nas investigações da Operação Lava Jato apontam o pagamento de pelo menos R\$ 13 milhões ao ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, entre os anos de 2000 e 2012. Os procuradores e investigadores suspeitam que parte desse dinheiro vindo de contratos simulados possa também ter abastecido o cofre de partidos políticos, especialmente o PT.

Nas investigações, Duque foi apontado como participante do esquema e, segundo o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de refino e abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, Duque chegava a cobrar 3% do valor total.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África - CPIPETRO

Em vista do exposto, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 10 de fevereiro de 2015.

Eliziane Gama
PPS/MA